

A ajuda externa não vai aumentar



São Paulo nunca teve uma estrutura urbana melhor que a de hoje. E, apesar da existência de graves problemas, a cidade não deve esperar uma ajuda externa, especificamente do governo federal, superior à que teve até agora. A opinião é do prefeito Olavo Setúbal, um homem preocupado em elevar a produtividade com que trabalha a administração municipal e em terminar obras, agora que decidiu deixar de reivindicar a devolução de uma parcela maior dos recursos que saem do Município pela consciência de que "a situação no restante do país é pior".

A crescente insatisfação da população diante dos déficits e deficiências dos serviços, segundo o prefeito, teria relação direta com o maior acesso aos meios de comunicação de massa. Eles estariam dando ao paulistano a expectativa de altos padrões de atendimento em termos de infra-estrutura urbana.

"Para corresponder a essa

nova situação, a Prefeitura não pode continuar como está. A cidade dobrou e a capacidade de realização do dinheiro público nem conseguiu manter a posição de 10 anos atrás. Os riscos de os atuais padrões não se manterem a médio prazo, por outro lado, são grandes", afirma Setúbal.

O que fazer? Elevar a receita, responde o prefeito. A modernização da administração elevaria a produtividade e proporcionaria mais dinheiro à Prefeitura. Um acréscimo de produtividade entre 10 e 20%, argumenta Setúbal, que poderá ser obtido com a reforma administrativa que está sendo implantada, é importante nesse sentido.

Mas, isso não é suficiente. O prefeito concorda. "Agora, não acredito que São Paulo consiga ter maiores recursos federais a fundo perdido do que recebe atualmente. Isso porque a situação dos outros municípios brasileiros é igual ou pior e todos os setores de ação governamental estão carentes".

Se a fundo perdido, isto é, dinheiro aplicado sem a necessidade de retorno, as perspectivas são desanimadoras, o mesmo não aconteceria em relação à concessão de financiamentos, da parte de órgãos ou empresas federais. "A questão é que empréstimo exige amortização, pagamento de juros, taxas de administração e, tudo isso, pressupõe o aumento da arrecadação,

ou seja da receita própria da cidade, que serve de garantia", destaca o prefeito.

RECEITA

Com isso, volta-se ao ponto inicial; a elevação da arrecadação, que para o prefeito representa uma opção da cidade. "Quer melhorar seus serviços e infra-estrutura? Então precisa pagar mais impostos".

Mas, essa opção leva a outra grande discussão, ainda segundo Setúbal. Quem vai pagar essa melhoria? Afinal de contas, parte do crescimento da cidade se deve à incorporação de mão-de-obra qualificada (daqui ou de fora) e outra decorre da chegada de um razoável contingente em busca do auxílio público.

Se a forma de elevar a arrecadação for direta, isto é, à base de aumentos em impostos como o Territorial, o Predial, taxas ou o Imposto Sobre Serviços (ISS) — incluindo-se aqui novos tributos, como o solo criado — pagará mais quem tiver mais, sendo uma forma politicamente desgastante de cobrança, de acordo com Setúbal. "A cobrança indireta, com a diluição do aumento em tributos como o ICM, é mais cômoda, mas possivelmente apresentaria sérios problemas em termos de custo de vida para uma parcela ponderável da população", acrescenta.

Esse quadro de dificuldades explica porque 20% da área urbana está dentro de planos de

melhorias e impõe uma opção muito clara, de forma realista, conclui o prefeito: o paulistano terá que pagar mais, se quiser uma cidade melhor.

ALTERNATIVAS

Identificado com o pensamento do prefeito, o secretário das finanças, Sérgio de Freitas, fixou quatro alternativas que poderiam resolver os problemas enfrentados pela cidade:

1) mudar o ICM, elevando-se a alíquota e restabelecendo-se a neutralidade do imposto (nada de isenções, subsídios ou outras formas de utilização como instrumento de política econômica);

2) dar a São Paulo e a todos os municípios com uma sólida administração maior flexibilidade para assumir empréstimos, isto é, margens maiores e menos burocracia;

3) implantar a legislação do solo criado, concentrando no município os recursos gerados;

4) reorientar o sistema tributário para garantir às cidades problemáticas — basicamente aquelas situadas no centro das regiões metropolitanas — maior parcela dos recursos existentes.

Segundo Freitas, as quatro alternativas não precisariam ser adotadas, pois a aplicação de alguma delas já seria suficiente para uma solução efetiva. O envio de qualquer sugestão oficial, porém, somente pode ser feita pelo prefeito.